



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0142/03	DATA: 25/03/03
INÍCIO: 14h22min	TÉRMINO: 15h01min	DURAÇÃO: 00h39min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h39min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 8

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Indicação e aprovação dos Assistentes Técnicos da Comissão. Debate sobre encaminhamento dos trabalhos com vistas à redefinição do perfil político e técnico do Conselho.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO – Sr. Presidente, solicito a dispensa de leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Atendendo à solicitação do Sr. Deputado Luiz Sérgio, uma vez que a ata foi anteriormente distribuída a todos os Srs. Deputados, fica dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

Em discussão a ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Pois não.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que mande corrigir meu nome na ata. Está escrito Severino. Meu nome é Severiano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – V.Exa. tem razão, nobre Deputado. A Secretaria providenciará a correção.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

APROVADA.

Informo aos Srs. Parlamentares que encaminhei ao Sr. Presidente desta Casa, Deputado João Paulo Cunha, declaração de prejudicialidade da Representação nº 16, de 2002, da Mesa da Câmara dos Deputados, contra o ex-Deputado José Aleksandro, bem como cópia da Consulta nº 1, de 2002, dispondo sobre a interpretação do art. 13 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, aprovada neste Conselho.

Acredito que todos os Srs. Deputados têm conhecimento dessa questão relacionada ao ex-Deputado José Aleksandro. Uma vez votada, questionou-se que, no momento da votação, a Ordem do Dia já havia sido iniciada. Houve a confirmação de que, de fato, a Ordem do Dia já havia sido iniciada. A matéria então voltou para o Conselho. Entretanto, como encerrou-se a Legislatura e como o ex-Deputado José Aleksandro não foi reeleito, declaramos prejudicada a apreciação.



Submeto à apreciação do Plenário os nomes abaixo relacionados para exercerem neste Conselho de Ética os cargos CNEs que especifica: Augusto Pedro, Assessor Técnico; Luiz Justiniano de Arantes Fernandes, Assessor Técnico; Janete Gomes Lemos, Assistente Técnico de Comissão Adjunto; e Fabiana Costa, Assistente Técnico de Comissão Adjunto.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de constituição de dois grupos de trabalho. Um deles seria para analisar e propor uma alteração na resolução, uma vez que — como bem claro deixou o Sr. Deputado José Thomaz Nonô, ex-Presidente do Conselho —, quando da aprovação do Conselho de Ética, em razão até da pressa com que fora aprovada e do tempo de duração de sua aprovação, houve algumas inconstitucionalidades e ilegalidades. Seria de bom alvitre, nesse momento em que não temos nenhum caso a ser apreciado pelo Conselho, que elaborássemos uma proposta para a adequação necessária dessa resolução.

Então, proponho a criação desse grupo de trabalho que irá analisar a resolução e apresentar sugestões para que possamos elaborar uma proposta a ser encaminhada à Mesa e, posteriormente, deliberada pelo Plenário da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Há concordância na criação do grupo de trabalho.

Consulto se há nobres Deputados que queiram participar desse grupo de trabalho. *(Pausa.)*

Apenas o Sr. Deputado José Thomaz Nonô está se oferecendo?

A SRA. DEPUTADA ZELINDA NOVAES – Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. se referiu a dois grupos de trabalho. O outro seria qual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Desculpe-me, V.Exa. tem razão.

A formação do outro grupo seria no sentido de incentivar as Assembléias Legislativas a também constituírem Conselhos de Ética. Isso possibilitaria ao Conselho de Ética realizar debate sobre como esta Casa está tratando as questões



aos diversos Estados, principalmente às Assembléias Legislativas que ainda não têm constituído esse conselho. Seria também uma forma de demonstrarmos à sociedade que a Câmara dos Deputados tem procurado cumprir efetivamente seu papel no sentido de dar resposta a eventuais denúncias. Estaríamos fazendo um amplo debate, estimulando as Assembléias Legislativas, as Câmaras Municipais e fazendo com que o Conselho de Ética desta Casa fique mais próximo da sociedade civil.

A SRA. DEPUTADA ZELINDA NOVAES – Sr. Presidente, gostaria de inscrever-me para o primeiro grupo.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Então, para o primeiro grupo: Deputada Zelinda Novaes, Deputado Severiano Alves, Deputado Patrus Ananias e Deputado José Thomaz Nonô.

Fica então constituído esse grupo de trabalho.

O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM – Eu gostaria de inscrever-me no segundo grupo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sr. Presidente, pela ordem. Faço apenas uma ponderação a V.Exa. A iniciativa de levar o Conselho às Assembléias é extremamente meritória e oportuna, mas não há necessidade de se criar um grupo de trabalho para isso. Vamos discutir e adequar o Conselho e o Regimento. Na materialização política, o Presidente do Conselho de Ética, acompanhado de alguns Deputados, deve ir a cada uma das Assembléias. Acho que seria de bom alvitre — até porque esse segundo grupo, nesse momento, não teria uma função precípua, exceto, evidentemente, discutir, polemizar, levar o Conselho às Assembléias Municipais — que o próprio Presidente, quando julgasse adequado, convocasse dois, três, quatro companheiros, ou aqueles que quisessem, para divulgar, digamos assim, o trabalho nas Assembléias. Quando elaboramos o Regimento, várias Assembléias solicitaram cópias. Isso foi enviado. Na época, a Câmara também enviou o exemplar do Código de Ética. Claro que houve renovação na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas.



É mais que oportuna a idéia de V.Exa. Mas veja bem, eu posso, por exemplo, ter interesse em ir a determinada Assembléia e talvez não estar disposto a ir a outra, ou a nossa agenda pode não permitir. Seria mais interessante que, no momento adequado e escolhida a Assembléia, fôssemos em grupo até lá. Com relação à reforma, ela vai exigir trabalho e ponderação do Conselho.

Esta é apenas uma contribuição a V.Exa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Sr. Deputado José Thomaz Nonô...

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Eu cheguei atrasado. Desculpem-me se estou discutindo algo contrário ao que já foi deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Não, V.Exa. está correto. Nossa pretensão é criar um grupo para apresentar uma proposta ao Conselho. Sendo aprovada a proposta, já com um cronograma, consultaremos os Deputados que tiverem interesse em participar dessas atividades nas Assembléias. Então, o primeiro objetivo do grupo é elaborar o cronograma, pensar de que forma poderíamos realizar essa atividade — se com alguma comissão específica das Assembléias Legislativas, ou se por meio de seminário. Depois, cada Deputado decidiria sobre a comissão, ou seminário, em que desejasse participar mais ativamente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Joaquim.

O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM – Gostaria de discutir melhor a segunda proposta de se fazer um trabalho junto às Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. Com o devido respeito à experiência do Sr. Deputado José Thomaz Nonô, acho que são circunstâncias distintas. Primeiro, é necessário que a Comissão faça um mapeamento de todas as Assembléias Legislativas que já tenham seus Conselhos de Ética e das que não têm. Depois, formaríamos uma comissão com membros não só desse grupo de trabalho, mas também da própria Comissão, e com os que quiserem fazer gestões junto às Assembléias Legislativas. Considero muito interessante essa proposta, pois abrangeria todo o território nacional.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Severiano Alves.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, vejo esse Conselho com amplitude maior. Discordo da proposta de criação de grupos para elaborar tarefas. Na primeira reunião, conversamos um pouco acerca da definição das competências. Não sabemos se o Conselho de Ética é punitivo ou investigativo. Não sabemos se a Corregedoria é um órgão punitivo ou investigativo. A Procuradoria, idem. Acho que a Comissão já está definida; já é um grupo. Então, deveríamos promover reuniões com esses três órgãos para que, de posse da legislação interna que disciplina as atividades de cada um, pudéssemos definir as competências. Isso seria feito por um grupo único, porque todos queremos participar do debate, das definições. Somente V.Exa. e o Deputado José Thomaz Nonô, e talvez outros, têm experiência nos trabalhos do Conselho. Apesar de não ser novato nesta Casa, na gestão passada não participei do Conselho. Até porque ele foi criado depois. Então, que criemos um grupo, com quinze Deputados, para estudar a definição da competência desses três órgãos, ou apenas da competência do Conselho.

Como disse a V.Exa., vejo o Conselho não apenas como órgão punitivo ou investigativo, mas também como uma oportunidade de levarmos o debate para a sociedade. Hoje em dia é muito difícil o Deputado ter coragem de assumir publicamente que é político. Nos aeroportos, em qualquer lugar, já nos vêem com certa desconfiança. Então, temos de assumir o papel de político e cidadão. Essa é uma oportunidade — já que não estamos julgando ninguém, não estamos apreciando nenhum processo — de promovermos encontros nas Assembléias, nas Câmaras de Vereadores, para discutirmos com o cidadão a importância do Conselho e a questão de ser político. Também seria uma oportunidade para mostrarmos à sociedade que política é coisa séria. A regra do bom político é que deve prevalecer. Não podemos generalizar. O exercício irregular do mandato é exceção. Somos 513 Deputados. Digamos que até o final de nossos mandatos sejam afastados dois, três ou quatro Deputados; mas a grande maioria é de bons políticos. Temos de primar por isso. Acho que o Conselho deveria trabalhar nessa ordem. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Sr. Deputado Severiano Alves, minha preocupação é no sentido de que, se deixarmos a atribuição para o conjunto dos quinze membros do Conselho, correremos o risco de não avançar na discussão da competência e até mesmo nas ações que temos de levar adiante quanto à adequação da legislação. Então, não há limite para a formação do grupo. Se os quinze Deputados quiserem participar, ótimo. Mas a responsabilidade seria dos Srs. Deputados que assumissem — os demais podem estar se incorporando —, até porque tudo que faremos posteriormente será deliberado pelo Plenário do Conselho de Ética. Por isso estamos propondo esses dois grupos de trabalho, porque vamos ter de manter diálogo com a Segunda Vice-Secretaria, que é a Corregedoria, e com a Procuradoria. Portanto, se acertarmos que apenas os quinze Deputados do Conselho vão fazer esse diálogo, começamos a criar obstáculos desnecessários.

Com esses grupos de trabalho teremos condições de avançar. É óbvio que o grupo vai estar trazendo todas as discussões para que possamos dar os encaminhamentos, a partir do conjunto de membros do Conselho. Essa é a motivação que nos leva a propor isso. Se houver acordo, avançaremos nesse encaminhamento para que tenhamos as condições de concluir todas essas discussões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ - Sr. Presidente, quero dar uma sugestão prática. O Deputado Luiz Piauhyllino, membro da Mesa e Corregedor, está interessado. Temos dezenas de problemas, mas precisamos começar por algum. O que nos atrapalhou muito na legislatura passada foi exatamente aquela zona cinzenta: Corregedoria e Conselho de Ética. Há no momento — já conversei particularmente tanto com o Presidente da Câmara como com o Corregedor — a boa vontade de S.Exa. em tocar esse trabalho adiante. Então, quero dar uma sugestão: que a primeira oitiva fosse do Deputado Luiz Piauhyllino, que é Corregedor e membro da Mesa e já tem em mãos um estudo preparado pelo Deputado Barbosa Neto.

O primeiro nó que temos de desatar aqui é esse, porque a consequência de natureza prática é a tramitação dos procedimentos. O Presidente verá — e a Secretária é testemunha disso — a quantidade absurda de *e-mails*, de *fax*, de



protestos da sociedade etc. Então, precisamos discutir, inclusive com a Câmara, o que é que se pensa na tramitação desse processo. Por hora, principalmente dentre os companheiros novos do Conselho, não da Casa, o Deputado Severiano Alves pode ver isso tranqüilamente.

Hoje, faz-se uma representação. Em linhas gerais, a representação vai à Mesa, e, da Mesa, vai ao Corregedor. O Corregedor forma um princípio de processo em que não há o contraditório, mas há oitiva de deus e o mundo, quer dizer, das pessoas envolvidas naquele procedimento. Aí se consolida o processo, que volta à Mesa, que se reúne, e, depois, vai à Presidência. A Presidência reúne a Mesa, a Mesa medita sobre o assunto, adota um procedimento e faz uma representação ao Conselho. Aí o Conselho repete a oitiva de todo o pessoal e, depois, opta pelo tipo de sanção e devolve o assunto à Presidência, que, então, o remete ou não para a apreciação do Plenário, se a sanção for perda de mandato.

Vejam que é uma rotina lusitana, gongórica, do século XVI. Uma coisa absolutamente extemporânea, que não está adequada. Então, essa talvez seja a primeira providência. Tenho com o Deputado Luiz Piauhyllino um vínculo que remonta à Faculdade de Direito. Fomos colegas de turma e há entre nós uma grande amizade. Há boa vontade por parte da Corregedoria e do Deputado, e podemos começar por aí. Tenho certeza de que daremos o primeiro passo para localizar e identificar outras mazelas no processo.

Faço essa sugestão, até porque o Deputado Luiz Piauhyllino é o Corregedor, é membro da Mesa e da Comissão. Podemos começar a fazer o exame das dificuldades de procedimento. É só uma sugestão, repito, porque temos de começar por alguma coisa. Talvez fosse interessante começarmos por esse procedimento da Corregedoria em relação aos nossos processos. Isso é altamente positivo para o Conselho e para a Casa.

Depois, temos de ter em mente que — é uma opinião pessoal — quanto mais se eternizam os processos, pior para a Câmara. A exposição de fatos negativos — e são fatos negativos o que o Conselho irá apreciar — durante um longo período de tempo é prejudicial à Instituição. Na minha visão, pode-se passar uma idéia positiva do Poder que examina a si próprio e se pune, mas a mera repetição... Vários depoimentos são prestados na Corregedoria e, depois, voltam para cá. Tudo isso vai



para a mídia duas ou três vezes. Se concluirmos o processo, ainda assim será repetido em plenário. Então, procurando racionalizar, haverá ganho para o Conselho e para nós.

Sr. Presidente, gostaria de ouvir o Deputado Luiz Piauhyllino e os demais pares na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - Com a palavra o Deputado Luiz Piauhyllino.

O SR. DEPUTADO LUIZ PIAUHYLLINO - Sr. Presidente, Srs. membros do Conselho de Ética, quero reafirmar o que transmitimos na reunião de instalação do Conselho. Logo no início dos trabalhos legislativos, após a nossa eleição para a Segunda Vice-Presidência, levamos ao Presidente da Casa essa preocupação. Ao tomarmos conhecimento dos procedimentos da Segunda Vice-Presidência, o Dr. Maurílio, da Assessoria da Segunda Vice-Presidência, nos exibiu um trabalho realizado pelo Corregedor anterior no sentido de contribuir para a adoção de uma regra na tramitação da Corregedoria — porque não existe nenhuma regra. Ouvi atentamente o ex-Presidente, Deputado José Thomaz Nonô, que demonstrou que pelo menos existe um regulamento, mas há algumas deficiências no Conselho de Ética. Na Corregedoria não existe isso; as coisas funcionam de acordo com a praxe anterior e assim vem sendo procedido.

O Presidente considerou importante essa sugestão, e trabalhamos em cima disso. Com a acolhida que tivemos na reunião de instalação, tenho certeza de que, na próxima semana, apresentaremos um trabalho, aproveitando a sugestão do Deputado Barbosa Neto, e mais algumas contribuições que estamos recebendo. Dessa forma, poderemos trabalhar no sentido de que seja criada uma regra não só para a tramitação da Corregedoria, mas também para eliminar essa zona cinzenta entre o Conselho de Ética e a Corregedoria. É fundamental que esses dois órgãos da Casa funcionem de forma harmônica.

Concordo integralmente com as afirmações do Deputado José Thomaz Nonô. Contudo, há um excesso de carinho ao se referir a mim, e a memória dele está curta, pois a nossa convivência não é da faculdade; é do Colégio Nóbrega, ainda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – É verdade.



O SR. DEPUTADO LUIZ PIAUHYLINO – Tivemos uma longa convivência no Colégio Nóbrega. Tenho pelo Deputado José Thomaz Nonô uma grande admiração, e não tenho dúvida de que, se puder contribuir ao lado do Deputado José Thomaz Nonô, dos companheiros e do Sr. Presidente, poderemos realizar um trabalho útil à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Consulto o Deputado José Thomaz Nonô, porque uma questão são os procedimentos; outra é de que temos de elaborar a legislação. Quero saber se a sua proposta é no sentido de fazermos juntos essa discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Em relação à Segunda Vice-Presidência, em vez de criarmos um grupo para discutir, elaborar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Trata-se de uma visão operacional distinta. Temos exegeses partidárias diferentes. Vejo o Conselho de Ética como um grupo pequeno. Se tirarmos três Deputados para cuidar de uma coisa, quatro para cuidar de outra — considerando o número de ausências —, vamos ter dificuldade operacional.

Essas primeiras questões afetam o Conselho. Seria altamente produtivo e estimulante que todos participássemos dessa discussão, até porque não há ainda uma proposição formal, um texto específico para ser trabalhado. Vamos discutir conceitos, metodologia. Quanto mais membros do Conselho estiverem engajados nesse processo preliminar, mais rapidamente atingiremos o conhecimento da matéria. É óbvio que Deputados como V.Exa. e eu, que participamos do outro Conselho e tivemos dois anos para trabalhar sobre isso, temos alguma vantagem em relação aos Deputados novatos na Casa e aos que chegaram agora à Comissão.

Portanto, discutir conjuntamente é também um processo pedagógico para que os Deputados possam se enfronhar a respeito da matéria.

Somos muito poucos, este é um Conselho pequeno. Nos passos iniciais, que são discussões internas, o Conselho opera rotineiramente com nove, dez ou doze Deputados, salvo nos *happenings* em que as pessoas vêm para a festa cívica. No seu dia-a-dia, na rotina diária, o Conselho funciona com menor número de pessoas



e daqui a pouco vamos ter as superposições com as outras coisas atividades na Casa. Estamos ainda numa fase absolutamente tranqüila do Parlamento. Quando tiver início o processo de reforma previdenciária, ou a tributária, o tempo será escasso e os prazos serão muito mais curtos.

Então, a minha idéia é discutirmos conjuntamente, porque, ao se discutir essa fronteira, repito, entre Corregedoria e Conselho, ao se discutir tramitação de procedimentos e esferas de competência, estaremos adiantando a discussão de mérito e a discussão final do próprio Conselho. Essas coisas são absolutamente indissolúveis.

Aceito qualquer tipo de decisão em contrário. Mas acho que será mais produtivo que a discussão seja aberta e não fique circunscrita a dois ou três ouvintes ou participantes; todos podem contribuir. Vários Parlamentares novos na Casa vêm das Assembléias, têm outras experiências, e é importante que isso seja comunicado.

Então, me permito sugerir que, nesse primeiro momento, discutamos conjuntamente. Vai ser mais positivo.

É só uma sugestão. Se alguém for contrário, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Deputado José Thomaz Nonô, a pretensão não era de que a discussão fosse feita por um grupo de dois ou três...

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) - ... mas de que fosse feito um trabalho preparatório para que a discussão, posteriormente, viesse ao conjunto já com algo mais ou menos encaminhado, e que todos tivessem a oportunidade de participar do debate, até para se ganhar tempo. Tenho a preocupação com o fato de que, em questões em que todos são responsáveis, um espera que o outro faça, e, ao final, nada acaba sendo feito. Então, a pretensão é de criar um grupo para que este já traga alguma coisa no campo das idéias e possamos aprofundar o debate. Não tenho, porém, objeção alguma à proposta, se o Deputado Luiz Piauhyllino concordar em fazer a exposição da proposta praticamente concluída ao Conselho. Em seguida, passaremos para a segunda fase. Os Deputados que quiserem fazer um estudo de antemão, por conta própria, até para verificar a melhor



forma e futuramente apresentá-la ao Conselho, poderão fazê-lo. Já vamos estar avançando.

Com a palavra o Deputado Patrus Ananias.

O SR. DEPUTADO PATRUS ANANIAS – Sr. Presidente, peço a palavra para pedir-lhe licença e justificar minha saída, porque o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização marcaram reunião para o mesmo horário. Quero assistir, pelo menos, ao final daquela reunião. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Obrigado, Deputado Patrus Ananias.

Concedo a palavra ao Deputado Severiano Alves.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, minha intervenção será rápida. A proposta do Deputado José Thomaz Nonô é exatamente a minha. Ouvei o Deputado Luiz Piauhyllino, nosso Corregedor, que já tem um trabalho elaborado. O grupo de trabalho iria então elaborar uma proposta de legislação interna para o Conselho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – A proposta é no sentido de que seja feito estudo para adequar a legislação, que tem vícios, inconstitucionalidades e ilegalidades. São questões diferentes, do meu ponto de vista, mas acato a sugestão do Deputado José Thomaz Nonô. Podemos ver primeiro a questão dos procedimentos e, depois, discutir a alteração da legislação.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Se o Deputado Luiz Piauhyllino apresentar esse trabalho, poderíamos sugerir mudanças ou adaptações para o Conselho e não para a Corregedoria. Concordo com o Deputado José Thomaz Nonô no tocante à idéia de fazermos um só grupo, mesmo com duas tarefas, mas que todos nós participemos, porque não há nenhum empecilho para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Sr. Presidente, o grupo somos nós, tão poucos, e tomara que assim continue por mais quatro anos. As tarefas mais emergenciais ainda não surgiram. Entendo ser mais objetivo partir da experiência acumulada e trabalhar nesse pequeno grupo que poderá comparecer às reuniões.



Falo isso porque já existe uma Comissão tratando da reforma política, e a qual já começou seus trabalhos.

Aproveito esta reunião para fazer o anúncio público de uma proposta que está ligada à ética e ao decoro. Todos reconhecemos que nossa remuneração é condigna hoje; que neste País da injustiça — e isso não depende somente de nós — há uma enorme defasagem entre a multidão dos que ganham pouco e aqueles poucos que têm remuneração digna.

Somos muito cobrados devido à enorme ênfase que a imprensa sempre dá à "marajatina" de Deputados Federais quanto aos índices de reajuste de seus vencimentos. Creio que deveríamos — não como tarefa da Comissão — fazer fecundar na Casa a idéia de transparência e de decoro a partir desse patamar que todos reconhecemos excelente para o exercício do mandato. O índice de reajuste dos vencimentos dos Parlamentares não deve superar — até por isonomia da nossa função temporária e da fixa dos servidores públicos — àquele concedido, em média, aos servidores públicos federais no período em exame.

Ao ouvir a Consultoria Legislativa, fui informado de que somente por intermédio de uma emenda constitucional pode-se fazer isso. Mas queremos que se dê curso a isso, sem pressa, para que possamos estabelecer um critério claro e transparente.

O Legislativo é o mais transparente dos Poderes, e por isso é o mais criticado. Nós, além das conquistas que já obtivemos, devemos definir esse critério aceitável, razoável e que não significa redução de remuneração, mas apenas um princípio de teto para os reajustes, sempre comparados ao do funcionalismo público federal.

Creio que isso é defensável, justo e ético, além de fazer parte da busca pelo decoro. Nada melhor do que esta Comissão informar aos colegas sobre essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Agradeço ao Deputado Chico Alencar e submeterei essa pretensão num futuro debate deste Conselho.

Consulto o Deputado Luiz Piauhyllino, Segundo Vice-Presidente, se há possibilidade de, na próxima terça-feira, dia 1º de abril — embora seja um dia um



tanto quanto inoportuno —, S.Exa. fazer a exposição desse trabalho, para depois avançarmos em outras ações.

O SR. DEPUTADO LUIZ PIAUHYLINO – Sr. Presidente, a nossa assessoria nos informou que está concluindo o trabalho, que vou examinar. Mas estou com um problema: amanhã irei ao Uruguai, com a delegação do Presidente João Paulo Cunha, para um encontro de Câmaras Federais do MERCOSUL. Estarei de volta somente no sábado. Não sei se dará tempo de revisarmos o trabalho para apresentá-lo na terça-feira, embora esteja praticamente pronto.

É importante que haja a sinergia entre os dois órgãos — Corregedoria e Conselho de Ética — para que possamos avançar no assunto.

Sr. Presidente, antes do término do expediente de hoje, posso confirmar a possibilidade de concluirmos o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Aguardaremos a confirmação do Deputado Luiz Piauhylo. Caso S.Exa. nos informe a impossibilidade para o dia 1º de abril, de qualquer forma encaminharemos uma convocação para esse dia, que é mais conveniente para o Deputado José Thomaz Nonô, ou para o dia 8 do mesmo mês. Amanhã, no máximo, informaremos a decisão a todos os Deputados.

Diante dessa decisão que julgo consensual, iniciaremos com essa discussão — e a Secretaria da Comissão inicia também o trabalho de consulta às Câmaras Legislativas Municipais. Deixaremos para uma segunda etapa a questão de o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar atuar também externamente.

Antes de encerrar os trabalhos, submeto à aprovação do Plenário a ata da presente reunião, tendo em vista a indicação dos nomes aprovados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sr. Presidente, pela ordem. Nos termos regimentais, solicito dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Fantazzini) – Atendendo à solicitação do Deputado José Thomaz Nonô, dispensamos a leitura da ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

APROVADA.

Não havendo nada mais a tratar, encerro a presente reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.